



DISCUSSÃO SOBRE EMPIRISMO E RACIONALISMO NO PROBLEMA DA ORIGEM DO CONHECIMENTO

Cadja Araujo Portugal¹

RESUMO: Aborda-se o questionamento sobre a origem do conhecimento tomando-se como fundamentação as duas grandes correntes filosóficas, o Empirismo e o Racionalismo, através dos seus principais pensadores, Locke e Descartes, respectivamente. Primeiramente, faz-se uma incursão teórica sobre o Empirismo e Racionalismo, ressaltando suas principais características. Em seguida, caminha-se pela corrente de Kant, o Criticismo, com enfoque no pensamento empírico-racionalista. E finalmente, apresenta-se uma possível resposta quanto a origem do conhecimento, chegando-se a conclusão de que ambas as correntes podem ser utilizadas como lastro do conhecimento.

Palavras chave: racionalismo; empirismo; criticismo.

ABSTRACT: What is the beginning of the knowledge: empiricism or rationalism? One guest about the beginning of the knowledge based into two line, the empiricism and the rationalism according to Locke and Descartes. First ou intend to talk about the history of these two ideas and the most important definition. After that we explain about Kant's critical idea focusing the empiricism-rationalism idea. At least onde presente a possible answer about the beginning of the knowledge, suposing that both ideas can be used helping the knowledge.

Key-words: rationalism; empirism; criticism.

Introdução

O presente trabalho se desenvolve a partir do seguinte questionamento: qual a origem do conhecimento? Surgiu do racionalismo ou do empirismo?

¹ Mestre em Administração de Empresas e Comércio Exterior Coordenadora do Colegiado do Curso de Administração e Professora de Teoria Geral da Administração da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana.

O momento histórico escolhido foi a partir do séc. XVI, época de profundas transformações na forma do homem em encarar a vida, o mundo. Nesse contexto, mudam-se paradigmas², negam-se todas as idéias apresentadas anteriormente e o homem passa a ter dúvidas quanto ao conhecimento da verdade. (BAIARDI, 1997).

Para analisar esse quadro de mudanças, procurou-se estudar através de pesquisa bibliográfica as duas correntes principais do conhecimento – o empirismo e o racionalismo, os quais despontaram nessa época e influenciaram os demais pensadores na investigação filosófica do séc. XVII e XVIII e vem até os dias atuais.

A reflexão acerca dessas duas correntes, tem o intuito de dar uma visão panorâmica do pensamento da época de forma comparada e nunca isoladamente. Portanto, analisa-se e desenvolve-se linhas de pensamentos, tendo em vista o problema da fundamentação do conhecimento, a sua origem – empirismo ou racionalismo, o resgate de sua importância existencial, apresentando assim uma visão comparativa crítica do título em referência, culminando numa abordagem subsequente que converge as duas linhas de pensamento originárias.

Não há pretensões com esse texto fazer-se relatos históricos, mas sobretudo, buscar fundamentação científica para a análise do tema bem como desenvolver pensamento crítico sobre as respectivas escolas e pensadores aqui estudados. Sendo assim, concentrar-se-á em explanações referentes ao racionalismo e ao empirismo, culminando no criticismo.

Vale ressaltar que este trabalho, enquanto treinamento de iniciação a investigação no tema, não se obriga a criação de novas teorias ou novas explicações de fatos. Nem tão pouco realizar críticas aos pensadores e sim propor discussão sobre a questão do conhecimento e as influências dos pensadores que revolucionaram o pensamento científico. Concomitantemente, tem a pretensão de estimular o poder de reflexão e crítica, que todo investigador deve possuir acerca do tema em que se propõe a pesquisar.

² Paradigma pode ser entendido como “ toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada [...] denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.” (KHUN, 1962, p. 228).

A grande Revolução do Conhecimento

O século XVI foi uma época de profundas transformações na visão do homem ocidental, marcada por verdadeira explosão de descobertas.

Essa efervescência, que caracteriza a atmosfera intelectual do Renascimento, trouxe consigo, a rejeição das idéias até então vigentes. O homem europeu descobre que há idéias bem diversas das que vinha aceitando como únicas verdades. Passa a ter dúvidas quanto ao conhecimento da verdade, expressando um clima de ceticismo.

Depois que a astronomia de Copérnico e Galileu foi aceita, a firme associação entre a religião, os princípios morais e o esquema descritivo da natureza até então prevalecente foi abalada. A nova filosofia põe tudo em dúvida, o mundo, Deus, o homem. (COTRIM, 1997).

Era necessário, portanto, que se encontrasse o caminho certo. E essa era a preocupação que se generalizou a partir do final do século XVI e que irá caracterizar a investigação filosófica do século XVII e XVIII. Duas grandes orientações metodológicas surgem, então, abrindo as principais vertentes do pensamento moderno: de um lado, a perspectiva *empirista* proposta por Francis Bacon, que preconizava uma ciência sustentada pela observação e pela experimentação, utilizando a indução na formulação de suas leis, partindo da consideração dos casos ou eventos particulares para chegar a generalizações, por outro, inaugurando o *racionalismo* moderno, René Descartes busca na razão os recursos para a recuperação da certeza científica. Assim, Bacon e Descartes propõem dois caminhos diferentes para a busca do conhecimento, o indutivo e o dedutivo e representam os dois pólos do esforço pelo conhecimento na idade moderna, o empírico e o racional. (ARANHA; MARTINS, 1992).

Mas, será que cada pensamento, isoladamente, alcança seu objetivo de formular um método? Senão veja-se:

O termo *empirismo* tem sua origem no grego *empeiria*, que significa “experiência” sensorial, assim é considerado uma doutrina relativa à natureza do conhecimento. (LALANDE, 1996).

Para Bacon (1997), o verdadeiro cientista da natureza deveria fazer a acumulação sistemática de conhecimentos, mas também descobrir um método que permitisse o progresso do conhecimento, não apenas a catalogação dos fatos de uma realidade supostamente fixa, ou obediente a uma ordem divina, eterna e perfeita. Nesse ponto, ele se destaca pois, apesar de não ter sido o pioneiro a tratar do assunto, é através dele que o pensamento empírico recebeu seu instrumento vital: o método científico ou o método experimental. Este que fornece normas para a observação da natureza. O autor via a si mesmo como um inventor de um método que lançaria uma luz sobre a natureza. Assim, segundo seu pensamento:

O Homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais... uma luz que eventualmente haveria de revelar e tornar visível tudo que fosse o mais escondido e secreto do universo...Seria algo insensato, em si mesmo contraditório, estimar poder ser realizado o que até aqui não se conseguiu fazer, salvo se se fizer uso de procedimentos ainda não tentados. (BACON, 1997, p.37).

O método ao qual faz-se referência, compreende a coleta de dados, sua cuidadosa interpretação, utilização de experiências, para assim conhecer os segredos da natureza por meio de observações sistemáticas.

Entretanto, para o autor, o investigador na busca do conhecimento devia se libertar do que ele chamava das fontes dos erros - os ídolos - que levam a noções falsas:

Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstruem a ponto de ser difícil o acesso da verdade, como, mesmo depois de seu pórtico logrado e descerrado, poderão ressurgir como obstáculo à própria instauração das ciências, a não ser que os homens, já precavidos contra eles, se cuidem o mais que possam. (BACON, 1997, p.40).

E na sua obra revela quais os ídolos que o homem deve se libertar dizendo: “ São de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana. Para melhor apresentá-los, lhes

assinamos os nomes, a saber: Ídola Tribus, Ídola Specus, Ídola Fori e Ídola Theatri.” (BACON, 1997, p.40)

A ciência que despontava no seu século preocupava -se com o movimento, o que implicava em repensar os velhos sistemas. Por isso, a matemática ganha evidência e desenvolvimento como instrumento importante da física, da astronomia e da química.

Contudo, o pensamento defendido pelo autor, em referência, tinha sua preocupação voltada para o estático, contrariando os postulados matemáticos. Dessa forma, ao desconsiderar a razão, esqueceu-se de enfatizar o papel da hipótese científica que depende da matemática porque é fruto de deduções cartesianas sobre o resultado dos experimentos.

No desempenho de tal arte, costumam imiscuir -se na natureza o físico, o matemático, o médico, o alquimista e o mago. Todos eles, contudo – no presente estado das coisas – fazem-no com escasso empenho e parco sucesso. (BACON, 1997, p.40).

Não obstante, enquanto Descartes não iria muito longe além de suas idéias claras e distintas, caso não se valesse dos conhecimentos empíricos, também Bacon não avançaria sem a Matemática. O desenvolvimento posterior da ciência provou que os dois caminhos se complementam quando o cientista experimental formula suas hipóteses com o auxílio da matemática.

Portanto, propondo a observação isenta dos preconceitos, afastando os ídolos, coletando dados e interpretando -os, conduzindo experimentos para, como todo esse método, aprender segredos da natureza e sistematizar o que nela parece desordenado, Bacon estava convicto que havia inventado um método. Faltava -lhe, no entanto, a consciência crítica do empirismo, que foram aos poucos conquistando os seus sucessores, Locke e Hume.

Sobre a linha do desenvolvimento do empirismo, seguir -se-á abordando Locke (1997) destacando os aspectos principais do seu pensamento.

A origem da sua fundamentação está no pensamento e não no ser. Para este autor, no nosso pensamento achavam-se apenas idéias (no sentido genérico das representações) que são excluídas por ele. Defendia que princípios formados pelas idéias,

derivam da experiência. Dessa forma, defendia que antes da experiência o espírito é como uma folha em branco, uma “*tabula rasa*”.

Com a afirmação de que “ao nascermos, a mente humana é como um papel em branco, completamente desprovida de idéias”, surge então uma indagação: de onde provém o vasto conjunto de idéias que existe na mente do homem? O autor nos responde em uma só palavra: da experiência, a qual resulta da observação dos dados sensoriais, fundamentando todo o conhecimento existente nos homens.

Ainda sobre a experiência, vale ressaltar, que era *dúplice*, ou seja, externa e interna. A primeira realiza-se através da sensação, e proporciona a representação dos objetos externos: cores, sons, odores, sabores, extensão, forma, movimento. A segunda realiza-se através da reflexão, que nos proporciona a representação das próprias operações exercidas pelo espírito sobre os objetos da sensação, como: conhecer, crer, lembrar, duvidar, querer.

De acordo com Locke, as idéias ou representações existentes no nosso pensamento, por dividem-se em idéias simples e idéias complexas, que são uma combinação das primeiras. Perante as idéias simples - que constituem o material primitivo e fundamental do conhecimento - o espírito é puramente passivo e num segundo momento quando na formação das idéias complexas, ele é ativo. Nestas últimas, a mais importante é a substância: que nada mais seria que uma coleção constante de idéias simples. O espírito é também ativo nas sínteses que são as idéias de relação, e nas análises que são as idéias gerais.

Seu pensamento julga também inaplicável à natureza a matemática - reconhecendo-lhe embora o caráter de verdadeira ciência - isto é, não acredita na físico-matemática, à maneira de Galileu.

Segundo Locke (1997, p. 20) só a experiência inscreve conteúdos:

Admitamos pois que, na origem, **a alma é como que uma tábua rasa**, sem quaisquer caracteres, vazia de idéia alguma: como adquire idéias? Por que meio recebe essa imensa quantidade que a imaginação do homem, sempre ativa e ilimitada, lhe apresenta com uma variedade quase infinita? Onde vai ela buscar todos esses materiais que fundamentam os seus raciocínios e os seus conhecimentos? Respondo com uma palavra: à experiência. É essa a base de todos os nossos conhecimentos e é nela que assenta a sua origem. As observações que fazemos no que se refere a objetos exteriores e sensíveis ou as que dizem respeito às operações interiores da nossa alma, que nós apercebemos e sobre as quais refletimos, dão ao espírito os materiais dos seus pensamentos. São essas as duas fontes em que se baseiam todas as idéias que, de um ponto de vista natural, possuímos ou podemos vir a possuir (grifos do autor).

Dando segmento a esta reflexão, analisa-se o terceiro pensador da corrente empirista, Hume (1999).

Ele foi considerado como o responsável pelo empirismo “total”, pois recorreu a um princípio de que se servirá largamente em todas as suas análises: o hábito, ou seja, quando descobrimos uma certa semelhança entre idéias que por outros aspectos são diferentes, empregamos um único nome para indicar. Forma-se assim no homem o hábito de considerar unidas de alguma maneira entre si as idéias designadas por um único nome. Dessa forma, o próprio nome suscitará em nós não uma só daquelas idéias, nem todas, mas o hábito que se tem de considerá-las juntas e, por conseguinte, uma ou outra, segundo a ocasião.

Dessa maneira, ele é um empirista, no sentido que a percepção repetida e habitual de uma determinada impressão ou fato nos leva a elaborar idéias sobre os fenômenos naturais, através de generalizações indutivas. De acordo com o pensamento de Hume (1999, p. 38) diz:

Esse princípio é o costume ou o hábito. Visto que todas as vezes que a repetição de um ato ou de uma determinada operação produz uma propensão a renovar o mesmo ato ou a mesma operação, sem ser impelida por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos sempre que essa propensão é efeito do costume [...] O costume é, pois, o grande guia de vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes ‘aqueles que apareceram no passado. Sem a influência do costume, ignoraríamos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos. Nunca poderíamos saber como ajustar os meios em função dos fins, nem como empregar nossas faculdades

naturais para a produção de um efeito. Seria ao mesmo tempo, o fim de toda ação como também de quase toda a especulação.

Além dos hábitos e costumes, ele defende que as conclusões indutivas são percepções repetidas que nos chegam da experiência sensorial. Salta-se para uma conclusão geral, da qual não tem-se experiência sensorial e a certeza das proposições que se relacionam com fatos não é, portanto, fundada sobre o princípio de contradição.

Os conteúdos do conhecimento eram para Hume (1999), matérias de fato. Mas não se reduziam a isso. Eram também relações entre as idéias. Estas podiam ser mantidas como puros entes da razão e suas relações lógicas desdobravam-se em outras mediante inspeção racional.

Sua teoria, até esse ponto não era original. De certa forma ela já se encontrava em Locke. Mas, foi com o desenvolvimento da doutrina da causalidade que alcançou sua originalidade.

Segundo a doutrina da causalidade, a relação de causa e efeito nunca podia ser conhecida a *priori*, isto é, com o puro raciocínio, mas por experiência. Porém, a experiência não ensinava mais que sobre os fatos que experimentava-se no passado e nada dizia acerca dos fatos futuros. E dado que, mesmo depois de feita a experiência, a conexão entre a causa e o efeito permanecia arbitrária, esta conexão não poderia ser tomada como fundamento em nenhuma previsão, em nenhum raciocínio para o futuro. Pois, o curso da natureza podia mudar, os laços causais do presente podiam não ser verificados no futuro. Desse modo, a experiência dizia respeito sempre ao passado, nunca ao futuro e de acordo com seu pensamento:

Embora o fato de que as idéias diferentes e sejam conectadas seja tão evidente para não ser percebido pela observação, creio que nenhum filósofo tentou enumerar ou classificar todos os princípios de associação, assunto que, todavia, parece digno de atenção. Para mim, apenas há três princípios de conexão entre idéias, a saber: de semelhança, de contigüidade – no tempo e no espaço – e de causa ou efeito. (HUME, 1999, p. 45).

Como foi descrito anteriormente, é através do hábito, que leva a crer, por exemplos que o sol se levantará como sempre se levantou. É o hábito que faz prever os efeitos da água ou do fogo ou de qualquer outro fato ou acontecimento natural ou humano. É o hábito que guia toda vida cotidiana, dando segurança de que o curso da natureza não muda, mas se mantém igual e constante, donde é possível regular-se com vista para o futuro. O hábito, como o instinto dos animais, é um guia infalível para a prática da vida. Assim, partindo do hábito e da associação de idéias é que se fundamenta a doutrina da causalidade.

Exemplificando, a doutrina em referência: espera-se sempre ver a água ferver quando esta aquece é porque, segundo o pensamento em questão, o aquecimento e ebulição sempre estiveram associados em experiência e essa associação determinou hábito no homem. Assim, segundo o pensador, a conclusão indutiva, por maior que seja o número de percepções repetidas, não possui fundamento lógico. Será sempre um salto do raciocínio impulsionado pela crença.

Questionando a validade lógica do raciocínio indutivo, o grande valor desse pensamento foi ter deixado um importante problema para os epistemologistas o qual se constitui: é ou não possível partir-se de experiência particulares para chegar-se a conclusões gerais, representadas pelas leis científicas?

O pensamento empirista aqui analisado, sustenta que a repetição de um fato não nos permite concluir, em termos lógicos, que ele continuaria a repetir-se da mesma forma, indefinidamente.

Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: porque esta experiência tem de ser entendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em sua aparência. (HUME, 1999, p. 54).

Assim, revela o seu ceticismo teórico e recomenda que os cientistas apresentem suas teses como probabilidades lógicas e não como certezas irrefutáveis.

De fato, os empiristas, para justificarem a sua posição, vão buscar os argumentos às ciências experimentais, à evolução do pensamento e do conhecimento humanos. Ou seja,

se as idéias fossem inatas, como pretendem os racionalistas, como justificar a sua ausência nas crianças? Por outro lado, nas ciências experimentais o conhecimento resulta da observação dos fatos, na qual a experiência desempenha um papel fundamental. Deste modo, os empiristas são levados a privilegiar a experiência em detrimento da razão.

Para os empiristas modernos a mente é como que uma espécie de receptáculo no qual se gravam as “impressões” do mundo externo. Apesar da existência de diferentes abordagens sobre o mesmo assunto, há algo comum a todos esses pensadores, que é a tendência de proporcionar uma explicação genética do conhecimento e a usar termos como “sensação”, “impressão”, “idéia”.

De um modo geral, o empirismo defende que todas as idéias são provenientes de percepções sensoriais (visão, audição, tato, paladar, olfato). Em outras palavras, ditas por Locke (1997, p. 30): “nada vem à mente sem ter passado pelos sentidos”.

Racionalismo na Filosofia Moderna

A palavra racionalismo deriva-se do latim *ratio*, que significa razão (LALANDE, 1996, p.70) O Racionalismo moderno começou a formar-se pelas dúvidas na validade do conhecimento que até então se havia construído. Descartes, duvidava dos dados obtidos pelos sentidos afirmando:

Assim, porque os nossos sentidos nos enganam algumas vezes, quis supor que não existe coisa alguma que seja tal como eles a fazem imaginas[...] Deleitava-me principalmente com as matemáticas, devido à certeza e á evidência de suas razões. (DESCARTES, 1999, p. 36).

Para o pensador constitui-se como principal enfoque metodológico que só é verdadeiro o que é evidente. Ou seja, o que for intuível com clareza e precisão, valorizando a matemática e todos os pensamentos cartesianos que estavam emergindo na época.

Ele usava a dúvida como um processo metódico, isto é, uma estratégia para distinguir o conhecimento verdadeiro do falso. Também verificava que algo resistia a dúvida, e que esse algo era a existência do eu pensante (o cogito), sendo essa uma verdade tão certa que

nem os mais céticos conseguiam duvidar. Ele conclui que com base na indubitabilidade do cogito, que encontrara uma verdade absoluta e podia tomá-la como o primeiro princípio da sua filosofia. Como se pode ver esta descoberta foi feita por via racional, pela atividade da reflexão humana, afirmada pelo autor quando escreve:

Ao mesmo tempo em que queria pensar que tudo era falso, fazia -se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E ao notar que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos céticos que não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava. (DESCARTES, 1999, p. 40).

Descartes (1999, p. 45) quis estabelecer um método universal, inspirado no rigor matemático e em suas "longas cadeias de razão". Para isso utilizou -se das seguintes regras:

A primeira regra era a evidência: não admitia "nenhuma coisa como verdadeira se não a reconheço evidentemente como tal. Por conseguinte, a evidência é que salta aos olhos, é aquilo de que não posso duvidar, apesar de todos os meus esforços, é o que resiste a todos os assaltos da dúvida, apesar de todos os resíduos, o produto do espírito crítico". Em outras palavras, evitar toda precipitação e toda prevenção (preconceitos) e só ter por verdadeiro o que for claro e distinto.

A segunda, era a regra da análise: "dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas forem possíveis".

A terceira, era a regra da síntese: "concluir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para, aos poucos, ascender, como que por meio de degraus, aos mais complexos".

A última é a dos "desmembramentos tão complexos [...] a ponto de estar certo de nada ter omitido".

O método é racionalista porque a evidência de parte não é, de modo algum, a evidência sensível e empírica. Segundo essa corrente, os sentidos humanos enganam -se, suas indicações são confusas e obscuras, só as idéias da razão são claras e distintas. O ato da razão que percebe diretamente os primeiros princípios é a intuição. A dedução limita -se a veicular,

ao longo das belas cadeias da razão, a evidência intuitiva das "naturezas simples" (DESCARTES, 1999, p. 41). A dedução nada mais era do que uma intuição continuada.

Enfim, o importante e o que constitui o preceito metodológico básico apontado por Descartes (1999) é que só se considere verdadeiro o que for evidente, o que for intuível com clareza e precisão.

A crítica ao racionalismo (positivismo) é feita porque ele deixa suas teorias com caráter de imutáveis, uma vez "descobertas" as leis da ciência, elas são imutáveis. Para que ocorra progresso, entretanto, o conhecimento precisa estar sujeito a situações conflitantes, confronto de teorias, e que elas não são absolutas.

O Empírico-racionalista

Nem o racionalismo nem o empirismo eram respostas totais aos problemas que pretendiam-se resolver. O racionalismo opunha-se ao empirismo, e a doutrina empírico-racionalista representa uma tentativa de estabelecer a mediação entre estas duas, afirmando que o conhecimento ocorre com participação da experiência e da razão.

O maior representante desta corrente é Kant, que no séc. XVIII, abordou a questão da origem do conhecimento procurando conciliar as duas doutrinas acima referidas, a partir da análise do conceito da causalidade. Aqui está a importância da contribuição de Hume e a explicação da admiração do pensador em questão por ele.

Para o empírico-racionalista todo o conhecimento começa na e pela experiência, mas não se limita a ela. Os elementos múltiplos, diversos e contingentes fornecidos pela experiência são integrados em conceitos que o próprio entendimento possui a *priori*. Deste modo, a experiência fornece a matéria, o conteúdo do conhecimento, enquanto que o entendimento lhe dá uma certa forma; o que significa que o conhecimento é sempre o resultado da junção de uma forma com uma matéria. (COTRIM, 1997).

O Criticismo de Kant

Como o próprio nome sugere, o criticismo se propunha a fazer uma análise crítica das duas doutrinas - o racionalismo e o empirismo -, concluindo da insuficiência de cada uma delas, se perspectivadas de um ponto de vista disjuntivo. Considerava, pois, que o conhecimento não podia fundamentar-se unicamente na razão, como pretendiam os racionalistas, mas também não podia reduzir-se unicamente aos dados da experiência. Porém, havendo conciliação, era provável que talvez resolvessem mais satisfatoriamente os problemas.

Para Kant, a experiência era antes fonte dos dados recebidos pela sensibilidade do homem, mas devidamente organizados por determinados conceitos existentes no conhecimento. Conceitos que não derivam da experiência, pois são-lhe independentes dos anteriores - são os conceitos puros do entendimento, a *priori*, e daí chamar-se apriorismo à doutrina. Tal doutrina, pregava que o conhecimento é como o resultado de um processo de transformação de uma matéria prima dada pela experiência e apreendida pelo entendimento como tendo determinada significação.

Na visão de Kant (1999, p. 32),

O nosso conhecimento procede de **duas fontes fundamentais do espírito**: a primeira é o poder de receber as representações (a receptividade das impressões), a segunda, o de conhecer o objecto por meio dessas representações (espontaneidade dos conceitos). Pelo primeiro, um objecto é -nos dado; pelo segundo, ele é pensado em relação com esta representação (como simples determinação do espírito). Intuição e conceitos constituem, portanto, os elementos de todo o nosso conhecimento; de maneira que nem os conceitos sem uma intuição que lhes corresponda de algum modo, nem uma intuição sem conceitos, podem dar um conhecimento. (...) Se chamamos **sensibilidade** à receptividade do nosso espírito, a capacidade que tem de receber representações na medida em que é afectado de alguma maneira, deveremos, em contrapartida, chamar **entendimento** à capacidade de produzirmos nós mesmos representações ou à espontaneidade do conhecimento. A nossa natureza implica que a intuição não pode nunca ser senão sensível, quer dizer, que contém apenas a maneira como somos afetados pelos objetos, enquanto o poder de pensar o objeto da intuição sensível é o entendimento. Nenhuma destas duas propriedades é preferível à outra. (Grifos do autor).

Isto significa que se não pudesse haver conhecimento sem experiência, continuaria-se a não ter conhecimento e limitaria exclusivamente a esta. O mesmo se passava em relação à razão. Seguindo nossa linha de raciocínio, vislumbra-se que, o verdadeiro conhecimento é aquele que, para além de permitir a sua adequação ao real que se quer conhecer, seja também universalmente válido e necessário. O primeiro aspecto pressupõe a experiência como modo do homem contatar com a realidade, o segundo aspecto advém -lhe do fato de existirem conceitos e categorias que são a *priori* e, como tal, possuem as características de universalidade e de necessidade.

Kant (1999) nega o dogmatismo de recurso a Deus para fundar a verdade ou à infinita perfeição divina. Entretanto para admitir Deus, a liberdade e a imortalidade da alma – as três idéias do campo de investigação da Metafísica – a crítica precisa limitar a razão em suas pretensões de conhecer a coisa "em si":

Tive que suprimir o saber para obter lugar para a fé, e o dogmatismo da Metafísica, isto é, o preconceito de progredir nela sem Crítica da razão pura, é a verdadeira fonte de toda a sempre muito dogmática incredulidade antagonizando a moralidade. (KANT, 1999, p. 48).

O problema do Valor do Conhecimento

É possível agora perguntar se o conhecimento intelectual terá valor objetivo e absoluto, ou apenas valor subjetivo e relativo.

Terá valor objetivo se atingir o real, a essência das coisas, os objetos, tendo também, assim, um valor absoluto, pois sendo imutável a realidade essencial, também o respectivo conhecimento terá caráter absoluto - realismo. Terá caráter subjetivo, se apenas atingir as modificações subjetivas, a maneira como pensamos a realidade, o que as coisas são para nós e não a própria realidade em si. Por isto, também terá valor relativo, porque vale só para nós e para todos os seres constituídos como nós - relativismo.

O valor e limites do conhecimento estão dependentes da atitude que se tomar quanto à sua origem e à sua natureza. Assim, o empirismo e o racionalismo são teorias relativistas, enquanto que o empírico-racionalismo confere ao conhecimento valor absoluto.

Explicando,

Descartes inaugurou uma nova tradição na filosofia: o subjetivismo. Ou seja, quem conhece é o sujeito, a razão. Mas o objeto primeiro de seu conhecimento é o próprio ato de conhecimento. Portanto, o próprio sujeito, melhor dizendo, só se conhece com segurança e certeza o mundo da consciência, as próprias idéias, sendo que as idéias fundamentais são como que inatas, intrínsecas a própria subjetividade. Assim, não precisa -se sair do interior da própria consciência para conhecer o real.

Enquanto as idéias da linha cartesiana eram defendidas, outro grupo de filósofos modernos, os empiristas, não podiam concordar com o ponto de vista racionalista. Ao contrário, segundo eles, as idéias não eram inatas e sim construídas a partir de impressões sensíveis, oriundas dos órgãos do sentido. Para essa corrente, a consciência, a mente, a razão, o sujeito, originalmente, é como uma folha de papel em branco onde as impressões sensíveis vêm registrar suas imagens.

Como pode-se observar, essas idéias possuem tendências subjetivistas: só que agora estamos nos referindo a um subjetivismo empírico.

Tanto no caso dos racionalistas como dos empiristas, não há garantias de que está -se conhecendo, de fato, a realidade em si mesma. O que se conhece são idéias dessa realidade, representações que recebe-se na consciência. Assim:

Para o Empirismo, o conhecimento tem um valor relativo; não só porque varia com a experiência (o que é verdadeiro para a experiência deste mundo poderá não o ser para um mundo diverso), mas porque se limita a conhecer os fenômenos. E, por isso, vale só para o mundo constituído pelos fenômenos.

Para o Racionalismo, a realidade é interpretada em função de certos dados da razão que traduzem as possibilidades do espírito humano. Nesse sentido, o seu valor também é relativo, uma vez que é válido apenas para os seres que tenham uma constituição psicológica como a do ser humano.

Mas o Empírico-Racionalismo que confere ao conhecimento um valor objetivo e absoluto, porque atinge o fundo da realidade ou a sua essência, não se limitando ao conhecimento das suas aparências ou das suas manifestações. De fato, para estas duas doutrinas, o conhecimento, por ser fruto de elaboração intelectual a partir das realidades percebidas, tem valor objetivo. Isto porque as características gerais (idéias) que afirma dos indivíduos, ou das coisas, existem de fato nelas. O mundo do conhecimento não é, portanto, uma cópia do mundo real, mas é uma construção intelectual e técnica, a partir dessa mesma realidade.

Quando fala-se no conhecimento como valor absoluto, não diz-se que se conhece a realidade total e perfeitamente. Pois, sob este aspecto, o conhecimento é relativo, por estar em contínua evolução e ser maior para uns do que para outros. A verdade total é uma aspiração que se impõe tanto mais quanto maior for o número de conhecimentos que se possui. Isto significa que é o conhecimento da verdade que varia, e não a própria verdade. A verdade de hoje será sempre verdade; se o é para um indivíduo, sê-lo-á para todos, de todos os tempos e lugares - é neste sentido que afirma-se que o conhecimento tem um valor absoluto. O que é realmente verdadeiro ficará sempre verdadeiro e será integrado em novos conhecimentos, uma vez que o homem, sempre sedento de conhecer, vai descobrindo na realidade - novas propriedades. Por meio disso enriquecendo o seu conhecimento - é assim que funciona o conhecimento científico que, é dinâmico e está em perpétua renovação. O que varia não é a verdade, mas o conhecimento acerca dessa verdade.

Considerações Finais

Na tentativa de responder a indagação feita no início do trabalho, pode-se afirmar que a questão dúbia quanto a origem do conhecimento é superada na prática da ciência. Num certo sentido, é o racionalismo quem acaba por ter razão, pois a atividade científica se traduzi numa certa subordinação dos fatos, às leis ditadas pela nossa razão; trata-se da natureza se subordinar, ao que parece, às leis que a razão lhe impõe. Todavia, o racionalismo da ciência, que aqui está-se argumentando não é o velho racionalismo, mas, racionalismo aplicado que também poderia ser chamado de empirismo técnico. Uma vez que a aliança entre teorias e

experiências, configurada através da técnica, é inevitável e fundamental nas ciências contemporâneas.

Acredita-se que conhecimento resulta da atividade da razão humana a qual é capaz de produzir por si próprio conceitos e representações. Inicialmente contata-se que um conhecimento só atinge o nível de conhecimento quando este é logicamente necessário e universalmente válido, o que por sua vez, é todo o conhecimento cuja validade é admitida instantaneamente por todos os sujeitos, independentemente das suas opiniões.

Essa universalidade é logicamente necessária, pois o conhecimento só pode ser de um determinado modo e não de outro. Então, o conhecimento só pode fundar-se na razão que é fonte de toda cognição, viés do racionalismo.

O segundo ponto é que o conhecimento necessita aprofundar-se, através do desenvolvimento da etapa sensorial para a racional: esta é a dialética da teoria do conhecimento. Julgar que o conhecimento fique na etapa inferior, sensorial, e que apenas é digno de crédito o conhecimento sensorial e não o racional, significa cair no "empirismo", erro já conhecido na história. O erro desta teoria consiste em ignorar que os dados proporcionados pelas sensações não passam de ser unilaterais e superficiais, reflexos incompletos das coisas, que não traduzem a sua essência.

Para refletir plenamente uma coisa na sua totalidade e suas leis internas, deve-se desencadear uma operação mental, submeter os ricos dados captados pelas sensações a uma elaboração que consiste em priorizar a essência ao invés da aparência. Descartar o falso para conservar o verdadeiro, passar de um aspecto a outro e do externo ao interno, formando assim um sistema de conceitos e teorias, dando um salto do conhecimento sensorial ao racional. Os conhecimentos assim elaborados não são menos consistentes. Ao contrário, tudo aquilo que no processo do conhecimento foi cientificamente elaborado sobre a base da prática, reflete a realidade objetiva, em forma mais profunda e completa.

Os "práticos" vulgares não procedem assim, respeitam a experiência mas desprezam a teoria, e em consequência não podem ter uma visão que abranja um processo objetivo na sua totalidade, carecem de uma orientação clara e de uma perspectiva de longo alcance, e contentam-se com os seus êxitos ocasionais e com fragmentos da verdade.

O conhecimento racional depende do conhecimento sensorial, e este necessita desenvolver-se até se tornar em conhecimento racional: tal é a teoria materialista dialética do conhecimento. Na filosofia, nem o "racionalismo" nem o "empirismo" entendem o caráter histórico ou dialético, do conhecimento, e ainda que cada uma destas escolas contém um aspecto da verdade. As duas são errôneas quanto à teoria do conhecimento no seu conjunto.

A função ativa do conhecimento não se manifesta apenas no salto do conhecimento sensorial para o racional, mas também, o que é mais importante, deve manifestar-se no salto do conhecimento racional à prática revolucionária. O conhecimento que atinge as leis do mundo há que dirigi-lo de novo à prática revolucionária e endereçá-lo de novo para a prática transformadora do mundo, aplicá-lo novamente à prática da produção e à prática da experimentação científica. Eis o processo de comprovação e desenvolvimento da teoria, a continuação do processo global do conhecimento. O problema de saber se uma teoria corresponde à verdade objetiva não se resolve nem pode resolver-se completamente no acima descrito movimento do conhecimento do sensorial ao racional. O único meio para resolver completamente este problema é dirigir de novo o conhecimento racional para a prática social, aplicar a teoria à prática e ver se conduz aos objetivos colocados.

Finalmente, ao longo da evolução da ciência, existem várias verdades, constituindo uma visão pluralista, assim, o conhecimento não é fixo, e além das verdades que ele reconhece, existem outras, que podem ser aplicadas a outras situações.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BACON, F. *Novum organum, aforismos sobre a interpretação da natureza e o reino do homem*. In. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

BAIARDI, A . **Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia** . São Paulo: HUCITEC, 1997.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1997

DESCARTES, R. **Discurso sobre o método**. Rio de Janeiro: Nova Cultural: 1999. Coleção Os Pensadores.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano** . São Paulo: Nova Cultural,1999. Coleção Os Pensadores.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção Os Pensadores.

LALANDE, André. **Dicionário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962. Coleção Debates.